AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SÉCULO XXI: ESCOLHAS E ASCENSÃO NA CARREIRA DAS MULHERES

*Suzana Mary de Andrade Nunes**

RESUMO

Neste estudo, abordaremos as mudanças ocorridas nos setores de trabalho no século XXI, visto que a crise de 2008 criou incisivas repercussões nos diferentes contextos sociais - família, trabalho, instituições culturais e de entretenimento. As inovações tecnológicas, as reivindicações dos movimentos sociais e os Feminismos também são fatores promotores de tais mudanças, ao passo que as políticas de estado intermedeiam as demandas sociais, políticas e econômicas. Destacamos o sistema de produção e o sistema econômico em fluxo que não correspondem, ainda, às estratégias econômicas e políticas em execução. Nesse sentido, este estudo com abordagem qualitativa e quantitativa apresenta concepções e dados estatísticos no Brasil e no estado de Sergipe com o objetivo de sublinhar os indicadores de atividades no trabalho sob a categoria de gênero, de maneira que analisemos os multifatores que desencadearam as mudanças ocorridas nestas duas décadas, com ênfase nas escolhas e na ascendência das carreiras das mulheres sob a perspectiva de reemolduramento representacional da sociedade neste século.

Palavras-chaves: Relações de Trabalho. Mulheres no Século XXI. Representação.

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende apresentar uma (re)configuração do trabalho no século XXI com a inserção, consolidação e ascensão das mulheres no mercado de capital neoliberal, além disso, pretende destacar os deslocamentos das atividades e setores de produção material e imaterial, de modo que pontue uma (re)alocação de homens e mulheres em cargos e funções nas indústrias, escritórios, instituições públicas, comércio e, sobretudo, nas prestações de serviços autônomos.

*Doutora em educação pela Universidade Federal de Sergipe – suzanamary@hotmail.com

Com o intuito de atender as demandas do mercado neoliberal e as redefinições dos setores de trabalho, efeito do advento das novas tecnologias ocorrido a partir da década de 80 do século XX, os campos de trabalho passaram por um processo de reengenharia[2], no qual concorreu para uma nova formação e qualificação da mão de obra trabalhadora, a fim de adquirirem habilidades e capacitações[3] que correspondessem às proposições do mercado flexível – estabelecimento de novas relações de trabalho grupal e cooperativo e a rede de parcerias no sistema produtivo[4].

Em meio às mudanças do final do último século, os setores primário, secundário e terciário também passaram por um processo de reconfiguração ou de emergência de novas representações, uma vez que a máquina substitui a mão de obra trabalhadora, o que ocasionou o desemprego ou o deslocamento deste contingente de desempregados para outros setores, trazendo consequências na vida das famílias, na sociedade, mas, sobretudo, na vida do próprio trabalhador/a.

A instabilidade no emprego, bem como a ausência de empregos qualificados que atendam às demandas de um grupo de trabalhadores elitizados incidiu no aumento de uma massa trabalhadora qualificada e desempregada, por conseguinte, registros de crescimento do setor informal. Este fenômeno e suas consequências passaram a ser prioridade nas agendas de governo, o qual, no início do século XXI, implementou políticas de inclusão para o serviço formal com a criação de novas funções e cargos que propiciaram resultados positivos de estabilidade e/ou crescimento de emprego no Brasil, enquanto as potências internacionais amargam índices negativos desde a crise de 2008.

Por outro lado, o mercado denuncia a má qualificação da mão de obra trabalhadora ocasionando o não preenchimento das ofertas de vagas de cargos e funções correspondentes. O déficit na qualificação de propensos trabalhadores/as portadores/as de diplomas e certificados curriculares em educação profissionalizante e superior tem gerado intensos debates de estudiosos na área, ao passo que outros

[2] "[...]. Reengenharia em contraste significa fazer mais com menos. Essa declaração sugere eficiência - a própria palavra "reengenharia" invoca uma operação compacta, conseguida graças a um decisivo rompimento com o passado." (Cf. SENETT, 1999, p. 56).
[3] (HIRATA, (1994; 1999); DUBAR (1998); MARKET (2009)).
[4] Harvey (1992) e Market (2009).

pontos de vista são abordados, como, por exemplo, a oferta de uma massa trabalhadora qualificada em suplência às vagas de emprego não qualificado. Esta não correspondência das habilidades do/a trabalhador/a com as exigências e necessidades do mercado de capital ressoa para uma melhor política educacional de acordo com o modelo neoliberal.

A ênfase é dada aqui à centralidade da categoria trabalho, segundo concepção marxiana, cuja compreensão de trabalho aponta para uma categoria construída socialmente, portanto, histórica e transitória. O conceito trabalho deve ser analisado em diferentes períodos e sociedades de caráter dinâmico e dual com dimensão não-natural forjado pela sociedade capitalista. Além disso, a categoria trabalho transcende a visão restrita da estrutura econômica e ascende para o fluxo comunicacional da vida privada e pública onde se configuram também, indissociavelmente, o trabalho profissional e o trabalho doméstico, o de produção e o de reprodução, o assalariado e de família.

Dubar (2005) assinala que a formação e qualificação profissional constituem-se os principais componentes da identidade dos sujeitos. Isto se deve ao fato de que o emprego, além de ter se tornado um bem raro, passa por um processo de (re) configuração gerencial mediante a adaptação e criação de novos postos de trabalho. Desta maneira, as práticas profissionais não mais refletem o cumprimento de tarefas repetitivas, atributivas e contínuas ao conhecimento prático operacional. Sobressalente à restituição subjetiva frente à produção e ao deslocamento, trazem ressonância nas subjetividades e na construção identitária, que não alcança estabilidade pela volatilidade que as mudanças reforçam.

Hirata (2003, p. 69) traz seu ponto de vista ao conceito do trabalho em vista do *status tempo* e as demandas sobre as mulheres devido ao trabalho produtivo e reprodutivo:

> Um debate (sobre o fim do trabalho ou sobre a centralidade do trabalho) não pode se fundar sobre bases nominalistas. Se ele pode ter um sentido, é justamente porque existem tendências objetivas e subjetivas. De uma parte, para questionar o status atual do tempo e, então dar ao tempo outro status. De outra, para tratar a produção do viver não como um efeito secundário da valorização do capital, ou como pura satisfação das necessidades vitais, mas como um questionamento social que permite estabelecer uma ponte entre as diferentes esferas de atividade.

Os dados quantitativos catalogados pelo IBGE e PNAD referentes ao ano de 2012 dão suporte às análises e reflexões e encontram-se divididos em dois capítulos: no primeiro realizamos uma leitura e análise que apontam para a representação das escolhas profissionais no século XXI no sentido de destacar o empreendimento das mulheres para a conquista da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Este primeiro capítulo intitulamos "O desafio para a Igualdade de oportunidade nas escolhas profissionais das mulheres no século XXI". O segundo capítulo registramos por meio de dados quantitativos as escolhas profissionais. Intitulado "Percursos históricos de homens e mulheres no mercado de trabalho", nele apresentamos as atividades dos setores produtivos com ênfase nas escolhas da profissão sob a perspectiva de construção de gênero, de maneira que situa setores predominantemente masculinos; outros, predominantemente femininos e outros com a presença heterogênea de homens e mulheres.

1. Percursos históricos de homens e mulheres no mercado de trabalho

Os estudos sobre a relação de trabalho entre homens e mulheres no século XXI consubstancia a construção teórica da Sociologia do Trabalho, no qual destacamos lacunas ou omissões de análises no que tange as questões de categorias excluídas, de modo que a visão universalista dos homens trabalhadores não reflete a realidade sócio-histórica em que o sectarismo aponta para desigualdade da própria categoria. Com isso, a categoria trabalhador sinaliza para o processo discriminatório e arbitrário no tocante ao discurso liberal de igualdade de oportunidades e recursos, enquanto a teoria marxista, em suas análises, pontua como luta de classes, deixando de fora o ponto de vista das diferenças de etnia, gênero, geração, cultura, entre outros.

Lefebvre (2006) assinala a necessidade primordial de lançar-se aos registros históricos no sentido de apreciar os contornos da categoria trabalho nos diferentes modos de produção anteriores ao capitalismo. Segundo o autor, esta passagem histórica é fundamental para o entendimento representacional do trabalho em suas

contradições e ambivalências na sociedade atual. Para ele, a história da representação do trabalho acompanha a própria história do trabalho, de modo que a sua assertiva põe em destaque "O Capital" de Marx (1985) e os primeiros esboços do pensamento marxista do Capital, os "*Grundrisse*"[5]. Nesta última, Marx faz um estudo mais aprofundado dos pressupostos fundamentais dos diferentes modos de produção historicamente negados pelo capital. Ademais, é preciso resgatar os princípios fundamentais do capitalismo e suas transformações, tendo em vista o fato de que a lógica inerente ao modo de produção capitalista localiza-se na *mais-valia*. Assim, o desafio é assegurar este princípio, a fim de relacioná-lo aos elementos constitutivos do *trabalho improdutivo* ou do *trabalho imaterial*.

Lazaratto (2005) destaca as nítidas mudanças ocorridas no campo do trabalho, no qual ressalta para redefinição das atividades nos setores primário, secundário e terciário, principalmente no setor de serviços em composição com as redes de informática e telemática e a justificativa do redimensionamento no ciclo de produção e da organização do trabalho neste período. Assim, as mudanças do trabalho nos setores primários e secundários requisitam uma mão de obra especializada e qualificada para operacionalizar o trabalho de controle, de gestão, de informação, de capacidade e de decisão que pedem o investimento de subjetividade sobre os operários de maneira diferente, segundo suas funções na hierarquia da fábrica.

O trabalho imaterial ou a imaterialidade do trabalho, segundo Lazaratto (2005), é uma forma de atividade produtiva que não pertence somente aos operários mais qualificados, trata-se também do valor de uso da força do trabalho e, mais genericamente, da forma de atividade de cada sujeito produtivo na sociedade. Parte-se, portanto, do princípio de que tanto no trabalho de produção na indústria, como no de gestão, planejamento e criação para execução dos bens de consumo, em todas estas circunstâncias e situações, a impressão subjetiva é cunhada pelo traço singular do sujeito.

[5] *Grundisse* em que Marx vai desenvolver a categoria trabalho não mais como objetivação do ser, mas como objetivação historicamente determinada, ou seja, o trabalho com fim à mercantilização (Cf. LEFEBVRE, 2006).

Por sua vez, a ruptura conceitual da categoria trabalho[6] na contemporaneidade, em circulação com os efeitos das demandas de (re)qualificação da mão de obra, tanto para monitoração de máquinas quanto para sobreelevação da produção de conhecimentos – novas técnicas, teorias, conceitos, planejamentos – mobilizam o mercado produtivo e a política econômica do neoliberalismo a adaptarem-se às exigências do mercado globalizado. Para tal, coloca-se em evidência o trabalho imaterial, a fim de promover o crescimento nos setores produtivos – primário, secundário e terciário – através dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Segundo Claus Offe (1989), o trabalho passa a ser um coeficiente variável, não mais compreendido como categoria central na elaboração de análises que se ramificam nas sociologias de base econômica[7], assim como nas sociologias de construção das identidades sociais[8] e culturais. Surgem, portanto, novos elementos de análise que servem para ampliar a questão multifatorial do/a trabalhador/a na atual conjectura – reformulação conceitual do tempo de lazer, qualidade de vida, valorização de práticas que buscam a realização pessoal e cultural, entre outros. Esta recomposição decorrente das mudanças na estrutura do mercado de trabalho e da introdução da revolução tecnológica promovem, segundo os estudos, novos padrões societários em questão, atribuindo novos valores ao trabalho e aos trabalhadores.

As concepções baseiam-se nas mudanças provocadas por um novo padrão de organização do trabalho centrado na tênue fronteira entre concepção e execução, outrora mais precisas e com forte fluência no estabelecimento de uma ordem sectária e homogeneizante. A cooperação e o aumento da qualificação pressupõem a diminuição da exploração do trabalho humano, a democratização das relações sociais e o indício de um padrão societário cujas bases estariam norteadas pelo espírito da igualdade, da cooperação, da parceria, da autonomia e do aumento do

[6] Trabalho eternamente vincula à necessidade, à organização instrumental da cooperação dos homens, embora seja ao mesmo tempo, para os homens associados, a causa social da sua submissão à produção alienante: o “reino” do capital. (Cf. MARKERT, 2009, p. 67).
[7] Sociologia com base liberal e Sociologia com base marxista. (Ibdem, 2005).
[8] Os estudos sociológicos clássicos da sociologia burguesa partem da divisão do trabalho sobre os determinantes primários: os trabalhadores e os não trabalhadores (Cf. OFFE, 1989).

tempo livre. Estes seriam elos de adequação para, então, se construir coletivamente as bases políticas capazes de assegurar o aumento da produtividade, competitividade e dos processos de gestão mais participativos.

Paradoxalmente, ainda sobre esta linha de reflexão, Harvey (1992); Chesnais (1996); Dupas (2000) assinalam que as formas de organização do capital visam garantir o processo de acumulação que vem se alterando mediante insucessos e crises próprios dos conflitos gerados entre capital, trabalho e escoamento de produção. Asseguram, no entanto, a essência, a lógica que lhe é própria: a exploração do trabalho humano[9] como fonte de lucro e, consequentemente, acumulação geral do capital. As concepções sobre este fenômeno apontam para vertentes que nem sempre são convergentes, todavia, remetem para uma visão multifacetada das condições reais do trabalho na primeira década do século XXI.

Nas últimas décadas, frente ao esgotamento do modelo taylorista/fordista, as formas de composição e organização do trabalho exigem novas configurações na medida em que o setor produtivo apresenta, em seu conjunto, uma queda geral na taxa de lucro devido à retenção de produtos, que, por conseguinte, geram a estagnação do capital. Além disso, os tempos da flexibilização e da implementação das novas tecnologias no universo do trabalho provocam conflito e tensão para as duas extremidades da mão de obra trabalhadora: os assalariados menos escolarizados sem nenhuma formação educacional e técnica e os trabalhadores superqualificados inseridos na hierarquia gerencial, visto que o rompimento do gerenciamento verticalizado de produção para a estrutura de gerenciamento no processo de produção atinge diretamente esta categoria, realocando-os em posições rebaixadas de maneira a assegurarem-se no mercado de trabalho.

O incremento das novas tecnologias e o rompimento do processo de reprodução e de passagem técnica profissional de geração para geração atingem as identidades dos/as trabalhadores/as que passam por um processo de mudanças no cotidiano do trabalho, conforme a concepção de Bourdieu (2008), que afirma: “Esta crise da reprodução, que está ligada, para uma grande parte aos efeitos da escola, é

[9] É muito comum no atual contexto econômico se dirigir discursivamente a um determinado trabalhador como um produto que tem retorno econômico ou não.

sem dúvida um dos maiores motivos de preocupação". Nesse sentido, as mulheres, além de transitarem dos espaços reprodutivos para os produtivos, dos quais lhes são exigidas novas habilidades e competências para o desempenho das novas atividades e tarefas, concomitantemente, veem surgir a necessidade de formação e qualificação educacional semelhante e restrita anteriormente aos homens da elite branca. Segundo Hirata (2003, p. 65) o trabalho produtivo e assalariado tinham como modelo assexuado do trabalho "o sujeito do trabalho – o homem – [...] apresentado nessa definição como universal", enquanto às mulheres eram reservados o trabalho reprodutivo, não assalariado, não mercantil e informal, os trabalhos domésticos e de cuidado à família.

É a partir do redimensionamento do conceito de trabalho assexuado com a introdução da dimensão sexuada do trabalho que as pesquisas apontam para uma "desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho e seus conceitos conexos como o de qualificação, trabalho doméstico e a esfera da reprodução" (HIRATA, 2003, p.67).

Neste cenário, o consenso se põe no fato de que o setor de serviços[10] tem crescido e alcançado papel significativo no cenário econômico, quer como *lócus* de reprodução dos mecanismos de valorização do capital, quer como um novo nicho de valorização do capital, uma vez que este se tornou o 'campo dos refugiados' dos setores primários e secundários, segundo os reordenamentos da mão de obra trabalhadora. Se bem que, também, se considere que essas transformações estão relacionadas à superação das condições exploratórias, tendo em vista a valorização da subjetividade e do conhecimento.

Dupas (2000, p. 75) tem uma posição singular sobre este assunto:

> O setor de serviços, apontado no início da segunda metade deste século como a grande esperança de geração de empregos, foi uma profunda decepção neste aspecto. Embora tenha aumentado intensamente de importância no mundo todo, esse setor foi mais sensível do que o próprio setor industrial às novas tecnologias poupadoras de mão de obra na área de informática, automação e teleprocessamento. É certo que essas novas tecnologias também criam e abrem novas possibilidades de emprego. No entanto, as qualificações requeridas para esses novos postos de trabalho

[10] Castells (2008) divide o setor de serviços em prestação de serviços sociais e pessoais e prestação de serviços empresariais (Cf. CASTELLS, 2008, p. 198).

> têm pouca relação com as habilitações acumuladas pelos trabalhadores que terão os seus postos de trabalhos destruídos, o que altera o equilíbrio de força entre diferentes tipos de trabalhadores.

As pesquisas sobre o tema asseguram o crescimento do setor terciário ou de serviços – nas instâncias privadas ou públicas; nas funções autônomas especializadas e/ou nos serviços precários e informais – acolhendo o excedente da mão de obra oriunda da produção industrial. Apesar de que, também se justifique que a crescente oferta surge de uma necessidade que se origina na própria indústria, isto é, com o aumento da produtividade no setor agrícola e secundário, geradores do aumento da renda real dos orçamentos domésticos que, por sua vez, promovem uma demanda de serviços em torno do surgimento de novas ocupações para atender as reivindicações da sociedade do consumo.

As tendências teóricas não refutam o crescimento no setor de serviços, porém os efeitos da atual *reengenharia* - na qual se tem presenciado a redução de empregos - reflete decisivamente na vida do trabalhador que diante da instabilidade do trabalho precisa conviver com a nebulosa insegurança profissional, *vis-à-vis* o permanente sobreaviso de mudança e urgência do novo, desvelando, com isso, uma refiguração identitária moldada pelo reincessante mecanismo de construção da identidade em dois tempos psíquicos: autenticação de si e reconhecimento do outro. Se este mecanismo é verificável na fase inicial de formação ou de resposta ao reconhecimento social, no entanto, a permanência de desequilíbrio da estrutura psíquica pode ser desencadeadora de uma carga intensa de energia causada pelas circunstâncias do trabalho e instabilidade psíquica que ele pode provocar sobre o/a trabalhador/a.

Pochmann (2001) classifica o setor de serviços em quatro classes: a primeira classe se concentra na distribuição, responsável principalmente pelas ocupações em comunicação, transporte e comércio; na segunda classe a do segmento moderno da sociedade pós-industrial que envolve a ocupação dos insumos e serviços diretos à produção industrial; a terceira está relacionada ao social, responsável pelas ocupações de atendimento ao consumo coletivo, como educação, segurança e saúde; a quarta classe relacionada a demandas pessoais, ocupações relacionadas

ao consumo individual, como lazer, alimentos e embelezamento. (POCHMANN, 2001, p. 57).

A partir desta classificação de Pochmann (2001), as trabalhadoras/es alocam-se formalmente em postos de serviços de produção material e imaterial de maneira que correspondem às demandas de mercado de trabalho e às motivações sócio-culturais por meio de mecanismos de controle que distribuem os espaços e as escolhas de trabalho, ao passo que levam em consideração a reprodução cultural de divisão sexual do trabalho e as repercussões na sociedade, na família e no estabelecimento das relações pessoais.

2. O Desafio para igualdade de oportunidades nas escolhas profissionais das mulheres no século XXI

A inserção das mulheres nos espaços de trabalho – da produção ao operariado – representou um desafio aos padrões até então concebidos pelas estruturas biológicas entre os sexos, no qual se segregavam os espaços de transição dos homens e mulheres. As mulheres, antes excluídas da cidadania e dos espaços públicos passam a integrá-los, de modo que prenunciam sucessivas mudanças desde a sua inserção, consolidação e ascensão no mercado de trabalho.

As lutas e conquistas dos movimentos feministas constituíram, a partir da década de 80 do século XX, um salvo-conduto diante da exploração e desigualdade de gênero no sentido de combater historicamente a expropriação ao direito da outra metade da população conquistar a imagem do poder restrito à figura masculina no mercado de trabalho, segundo afirmam Hirata (2002); Kergoat (2008); Abramo (1998); Saffioti (1994)[11].

Neste contexto, observa-se um crescimento da participação de mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como nos setores de serviços, particularmente, no campo da

[11] Saffioti (1994) na obra “Do Artesanal ao Industrial, a exploração da Mulher: um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos” trata sobre a exclusão da mão de obra feminina no trabalho operariado.

educação, saúde e serviços sociais (SEGNINI, 1996; CRUZ, 2005). Contudo, segundo as autoras, a participação das mulheres no mercado de trabalho ainda se traduz em desigualdade, sobretudo na concentração de empregos particularmente vulneráveis caracterizados pela precariedade (trabalho informal, emprego de meio período) e pela instabilidade (trabalho sazonal, temporário e intermitente). Ainda permanecem pontos de conglomerados dos sujeitos femininos, nos quais a questão de gênero é realçada por Lavinas (1996). A autora afirma o estabelecimento preciso da discriminação e segregação ocupacional majorada pela problemática do mercado de trabalho diferenciado por sexo, invariavelmente desfavoráveis às mulheres.

As mudanças ocorridas na realocação da massa trabalhadora não invalida(ra)m a cultura da divisão sexual do trabalho: habilidade e capacitação técnica profissional dirigida a formação e qualificação dos homens; enquanto as mulheres “prendadas” para serviços considerados naturais ao feminino. Deste modo, cabe aos homens o manejo dos grandes maquinários; o acesso a informatização e as funções de gerência, de modo que distribuem-nos para setores de inteligência do maquinário e equipamentos e uma outra parte deste segmento para sua operacionalização, o operariado. No outro segmento, as mulheres são alocadas para funções de produções manuais ou de controle das pequenas máquinas, funções que requerem intensa repetição e rapidez.

Com o incremento das novas tecnologias eletroeletrônicas e de automação na década de 80 do século XX, percebeu-se que as mulheres continuaram a investir no campo profissional buscando a qualificação, inserindo-se em cursos de formação e especialização no trabalho; perseguiram a ascensão aos postos de trabalhos e transitaram em setores que eram preponderantes à figura masculina, especificamente, o setor secundário da indústria e da construção. Elas enfrentaram o preconceito e os desafios dos empregos precários, as desigualdades salariais e os impactos da crise; espaços restritos de gestão, alcançando cargos e funções com estereótipos masculinos; enfrentaram os impactos do desemprego formal; transitaram na informalidade e remanejaram-se em setores de serviços especializados.

Lombardi (2010, p. 53) diz algo a este respeito:

> No mercado formal, a atual crise afetou, em primeiro lugar, o emprego masculino, com maior perda dos postos na indústria de transformação e na construção civil. Os setores do comércio e dos serviços foram os que mais empregaram entre outubro de 2008 e abril de 2009, sendo que a maioria dos empregos na sua maioria destinou-se às mulheres. Sob o ponto de vista do mercado formal do trabalho, portanto, a crise vem facilitando o ingresso e a manutenção das mulheres nos empregos, o que não deixa de ser positivo.

Mesmo diante deste quadro transitório, não se pode pensar no fim da divisão sexual do trabalho e nem sob o ponto de vista acabado de raiz democratizante, uma vez que o imperativo persiste de ascendência de uma categoria em detrimento de outra, além disso, outros fenômenos precisam ser analisados no tocante a subversão ocorrida nos espaços de trabalho, de modo a contemporizar os efeitos decorrentes desta nova configuração deflagrada na família e nos contextos sociais.

O mapeamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, referentes ao ano de 2012, aponta um contingente populacional de 94.712.886 habitantes ocupando atividades economicamente produtivas (número correspondente ao índice de 100%). Deste grupamento 54.597.433 (57,6%) são homens e 40.115.453 (42,3%) são mulheres. Ainda deste total, 14% perfazem a atividade agrícola; 27,4% encontram-se na atividade industrial e indústria de transformação; 8,7% na construção; 17,7% no comércio e reparação e 32,1% na atividade de serviços.

Em Sergipe, segundo dados das agências de pesquisa citadas, os números apresentam um contingencial de 980.062 trabalhadora/es em atividades produtivas nos setores primários, secundários e terciários. Deste total, 571.442 são homens, perfazendo um percentual de 58,3%, e 408.620 são mulheres, respectivamente, 41,6% em números percentuais. As/os trabalhadoras/es estão distribuídos da seguinte forma: 234.903 são trabalhadora/es agrícolas (23,9%), sendo que 157.733 (67,1%) são homens e 71.170 (30,29%) são mulheres; na indústria e na indústria de transformação há 176.098 trabalhadora/es (17,9%), dos/as quais 104.704 (59,4%) são homens e 71.394 (40,5%) são mulheres; a construção agrega um contingente de 70.719 trabalhadoras/es (7,3%), sendo que 69.010 (97,5%) são homens e 1.700 (2,4%) são mulheres; no comércio e reparação há um quantitativo de 192.744

(19,6%) de trabalhadora/es de forma que 114.219 (59,2%) são homens e 78.525 (40,7%) são mulheres; no setor de serviços, em diferentes modalidades das instâncias privada e pública, apresenta-se um quantitativo de 388.556 (39,64%) de trabalhadoras/es distribuídos da seguinte forma: 173.368 (44,6%) homens e 215.188 (55,3%) mulheres.

A partir dos dados cedidos pela PNAD referente ao ano de 2012, em atividades pontuais, as mulheres representam um quantitativo superior no setor de serviços, no qual a área doméstica apresenta um quantitativo de 44.192 para 2.548 homens; no transporte, armazenagem e comunicação, os homens apresentam um quantitativo superior equivalente a 37.731 homens para 4.080 mulheres. Na construção apresenta um quantitativo proeminente de homens ao de mulheres. Estes dados confirmam análises de pesquisas que salientam para perpetuação da divisão do trabalho por gênero, não obstante os discursos[12] apontem para mudanças de valores e mentalidades no tocante à igualdade de direitos e deveres no que concerne ao direito do trabalho.

Os dados refletem o investimento da política econômica do país em interface com a política de inserção no mercado de trabalho de homens e mulheres, na qual pesquisas já não mais se ancoram na imagem universalista do homem, uma vez que os números apontam para o processo de estabilização na coexistência de gêneros no espaço de trabalho como um fato inquestionável, se bem que, ainda destaquem *questões gargalos* para não efetivação da igualdade de gênero no trabalho: as diferenças salariais entre homens e mulheres em posições e cargos semelhantes; as diferenças e diferentes processos de ascensão na carreira; as políticas públicas e sociais que impedem o exercício profissional feminino pela carência de instituições de suporte aos cuidados da família; a discriminação do trabalho doméstico como uma atribuição feminina; a pequena participação das mulheres em cargos e funções de gerência e de tomadas de decisão política e judiciária como, por exemplo, no

[12] Os artigos 198 e 390 a 392 da CLT prevêm dois princípios diferenciadores à constituição fisiológica e cultural, os quais apontam para critérios discriminatórios no trabalho das mulheres e dos homens: o peso de 60 kg para os homens ressalvados para as mulheres e crianças; a gravidez e as relações matrimoniais e consequentes, uma vez que, reflete, nas desigualdades e diferentes oportunidades e recursos. Estes artigos apresentam divergências jurisprudenciais, que buscam reexaminar os fatos e provas.

poder legislativo, nas cortes da justiça e nas funções de primeiro escalão da administração pública e privada.

Entende-se que ao final da primeira década do século XXI, houve uma maior demanda/oferta para o setor de serviços que se repete em termos de crescimento desde o final da década de 80, conforme estudos já realizados sobre esta temática, nos quais se atribui um excedente da mão de obra no setor industrial e de bens primários com as inovações tecnológicas, em consequência, surge a necessidade de aperfeiçoamento e requalificação técnica continuada e de formação pessoal e profissional, ressaltado pelo conceito de competência, conforme concepções de diferentes autoras/es: Market (2009); Hirata (1999); Dubar (2005); Paiva (2001).

Este crescimento no setor de serviços reflete a política de democratização dos espaços de trabalho, no qual as mulheres são as maiores privilegiadas no sentido de preenchimento de vagas, uma vez que um maior investimento na formação e qualificação educacional levam-nas a se tornarem mais capacitadas ou habilitadas para o exercício destas funções[13]. Neste setor, as atividades administrativas dos serviços públicos e privados, as atividades de cuidados na saúde e na educação agregam um maior contingente populacional de mulheres. Ao contrário desta perspectiva, os serviços de automação e de criação tecnológica são excluídos dos projetos profissionais das mulheres, uma vez que as pesquisas científicas[14] nas áreas de computação ressaltam o declínio sucessivo da presença de mulheres se comparado com as décadas de 80 e 90 do século XX, em que se constatou um crescente quantitativo de mulheres nestas áreas. Este fenômeno de esvaziamento de mulheres nestas áreas de automação, áreas tecnológicas e da computação leva tanto as empresas como as instâncias governamentais a criarem

[13] Definições de cuidados não são simples e têm-se revelado controversa. Uma razão é que as fronteiras do conceito de cuidado não são nem claras e nem estabelecidas. Além disso, os limites, por exemplo, entre o cuidado e educação para as crianças e entre situações de cuidados na saúde de adultos estão se movendo e se tornando menos distintos no contexto da política de cuidados e bem-estar, sinônimos e que se estende da saúde para contextos sociais. Cuidado, também, transita no formal, por exemplo, em contextos profissionais e em contextos informais da família, com diferentes valores e status associados a cada domínio, apesar de tarefas semelhantes e papéis que estão sendo executados em cada um. (PHILLIPS, 2007, p. 16, grifo meu).

[14] Mulher, Política e Educação – SBC - Sociedade Brasileira de Computação. (BORIN. J.F. Mulheres na Computação: iniciativas internacionais. Veja como o mundo está mobilizado em trazer as mulheres para a Computação. vol. 2, nº1 – abril 2009/SBC Horizontes/14).

prêmios de estímulo, a fim de que elas se insiram ou permaneçam no mercado nestes serviços.

Os dados estatísticos do censo do IBGE[15] referente ao ano de 2010 evidenciou um total 86.353.839 trabalhadoras/es nestes setores, deste quantitativo 49.823.312 (57,6%) são homens e 36.530.527 (42,3%) são mulheres. Se compararmos os dados do censo de 2010 com os últimos números do PNAD de 2012, percebe-se que houve um crescimento de oferta e demanda de trabalho nestes últimos três anos e que se mantêm em números proporcionais uma estabilidade entre o quantitativo masculino e feminino em uma diferença de 5,3% superior para os homens no mercado de trabalho remunerado. Os dados do IBGE expressam, pontualmente, as diferentes atividades, as quais ratificam a divisão sexual de trabalho e a distribuição de gênero, cujos números apontam para a concentração superior de homens nas diferentes modalidades dos setores de serviços, apesar de se evidenciar atividades em que a presença de mulheres é maioria, de modo que uma leitura geral assinala o setor de serviços como um campo de atuação feminina, especificamente, nas áreas da educação, saúde humana e serviços sociais; serviços domésticos. Os homens encontram-se preponderantemente em quantidade superior nas atividades da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura; construção; indústria de transformação; atividades financeiras, defesa e seguridade social; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas. Nas atividades de transporte, armazenagem e correio os números apresentam certa estabilidade entre os sexos.

3. Conclusão

Neste estudo apreendemos as mudanças ocorridas no mundo de trabalho, reflexo dos interesses econômicos em consenso com as políticas de Estado, de

[15] Os índices apresentados neste estudo correspondem as seguintes atividades e os respectivos setores: setor primário - atividade agrícola; setor secundário - atividade industrial e industrial de transformação, construção; o setor terciário compreende as atividades de serviços – atividade do comércio reparação, alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, educação, saúde e serviços sociais, serviços domésticos, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, outras atividades e atividades mal definidas de serviços.

modo que a necessidade de realocação em cargos e funções em atividades produtivas instigou uma política educacional a fim de habilitar qualitativamente a população.

Parte-se de uma visão histórica de mudanças e de superação da visão dicotômica e sectária, uma vez que já não mais se tratava de formar e qualificar um grupo elitizado de homens brancos para gestão e de outro grupo de homens de classes menos privilegiados para aperacionalização das máquinas.

Após a década de 80 do século XX, o projeto educacional de formação e qualificação da mão de obra trabalhadora buscava atingir os diferentes grupos, até então, excluídos do mercado formal de produção material e imaterial do modelo flexível, no qual a mulher ascende profissionalmente, correspondendo aos anseios democráticos dos movimentos sociais, os Feminismos, bem como às expectativas do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, J. C. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação** – debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____; ZARIFIAN, Philipe. O conceito de Trabalho. In: **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**: desafios para as Políticas Públicas**.** EMÍLIO, Marli (org.). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LAVINAS, Lena. Aumentando a Competitividade das Mulheres no Mercado de Trabalho. In: **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, 1996.

LAZARATTO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

LOMBARDI, Maria Rosa. A Persistência das Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho. In: **Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo.** COSTA, Albertina. et al. (org.). Recife: SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia, 2010, p. 33-56.

MARKERT, Werner. **Trabalho, Comunicação e Competência**: contribuições para a construção crítica de um conceito para a formação transformativa. São Paulo: Autores Associados, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983-1985. 2 v. (Os economistas).

OFFE, K. **Trabalho e sociedade**. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SOUZA-LOBO, Elizabete. **Sexo no Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1984.